

O surdo e suas relações sociais

Identidade surda



IESDE Brasil S.A.

Pesquisas contemporâneas apontam para a identidade como um movimento humano não inato, em constante construção, reconstrução e transformação tanto social como individual, em que um sujeito influencia o outro e ambos são influenciados pela mídia, cultura, política e relações econômicas.

Autores como Carlos Skliar (1997; 1998; 1999) e Gladis Perlin (1998) colocam o quanto a influência de me-

todologias oralistas aplicada nas escolas e a massificação do ouvir (movimento que nomearam como *ouvintista*) influenciaram a identidade surda no Brasil e em outros países por mais de 100 anos.

Não se concebia ao surdo o seu desenvolvimento social, emocional, intelectual, linguístico e laboral sem a aquisição da fala e da audição. Imposto de uma maneira rígida, pelos princípios de medicalização, reabilitação e normalização, o falar e o ouvir marcaram a identidade dos surdos de uma maneira negativa, pois num grupo de pessoas ouvintes os surdos não eram envolvidos de forma plena, principalmente nos episódios de convívio linguístico. Ao mesmo tempo, num núcleo surdo, a degradação da língua de sinais gerou a falta de imersão na mesma, o que não permitia identificação e convívio entre seus pares. Nesse contexto, o sujeito surdo não tinha uma colocação: nem num meio ouvinte e nem num meio surdo.

Congressos, palestras, pesquisas e movimentos direcionados às causas da surdez impulsionaram os sujeitos surdos a se apresentarem na sociedade simplesmente como *surdos*, sem que, para existir essa colocação, precisassem falar e ouvir como os ouvintes. Dessa dinâmica nasceu a identidade surda.

Surdos no mundo inteiro organizaram-se em associações a fim de garantir os seus direitos em relação à sua surdez, principalmente na liberdade de expressarem-se pela língua de sinais e através dela serem compreendidos como uma comunidade linguística diferente. Para Perlin (1998, p. 56) ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva.

A identidade e a cultura surda são mais uma parcela da sociedade que compõem o multiculturalismo. O multiculturalismo, também conhecido como pluralismo cultural, é uma expressão que representa a presença de muitas culturas vivendo num mesmo espaço geográfico, sem que uma predomine sobre a outra.

A exigência do movimento surdo é como a de outras culturas. Negros, surdos, índios, homossexuais, mulheres querem ter o direito de manifestar a sua cultura, fazendo valer os seus direitos civis, humanos, de ser pertencente a minorias linguísticas, étnicas, sexuais e religiosas em oposição aos movimentos dominantes, homogêneos, de uma cultura majoritária, guiada por uma ideologia social dominante.

Não é um movimento simples, pois envolve interesses financeiros, políticos e sociais. Porém, a maior dificuldade que os surdos enfrentam é a barreira atitudinal, pois atrelados a ela estão os estigmas, o preconceito, o entendimento da deficiência auditiva e não da surdez.

O surdo na família

A vida educa. Mas a vida que educa não é uma questão de palavras, e sim de ação. É atividade.

Johann Heinrich Pestalozzi



IESDE Brasil S.A.

Historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos filhos com necessidades especiais. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviços e de apoios especiais, em todos os âmbitos e bens construídos em sociedade, como legislações, atendimento especializado em escolas e locais de trabalho, a disponibili-

dade de recursos financeiros e culturais, a fim de que com essas ações possam ser contempladas as reais necessidades de seus filhos.

O grande exemplo dessa luta é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apare), ideia que nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, como uma organização social que objetivava promover a atenção integral à pessoa com necessidades especiais. Atualmente podemos encontrar mais de duas mil Apaes distribuídas em todo o Brasil, proporcionando atenção integral a cerca de 250 000 pessoas, sendo assim o maior movimento social do país e do mundo, nesse segmento de trabalho.

A necessidade de construir espaços sociais para inserção e integração dos filhos com necessidades especiais, é uma das buscas dos familiares. A primeira dificuldade que as famílias encontram começa na forma pouco clara e explícita com que são informados acerca da deficiência. Informações inadequadas, confusas e pessimistas de médicos, psicólogos, professores, fonoaudiólogos e outros profissionais levam, através da inquietude dessas famílias, à união e à busca de respostas às dúvidas e às dificuldades que encontram no atendimento as necessidades de seus filhos.

As famílias reconhecem que é difícil recolher informações de especialistas. Por outro lado, muitos profissionais ligados à educação especial (médicos, enfermeiros, psicólogos, educadores, professores etc.) carecem de um conhecimento mais aprofundado no domínio da deficiência, quer no que respeita ao diagnóstico e prevenção, quer à sua orientação e intervenção. (FONSECA, 1995)

Ao receber o diagnóstico da deficiência do filho, os familiares transitam por sentimentos confusos: negação, aceitação, rejeição ao “produto”¹, protecionismo, abandono, são algumas das experiências que os pais enfrentam. Algumas famílias passam por esses sentimentos e após vivenciarem essa fase comprometem-se em atender da melhor maneira possível as necessidades do filho.

[...] a ação dos pais, tão importante e significativa desde os primeiros momentos de vida, merece o seguimento psicoterapêutico preventivo. A depressão, o isolamento, a culpabilização e a autocrítica desesperada arrefecem (perde a energia) e inibem as atitudes de abertura e aceitação de que a criança deficiente precisa para o seu desenvolvimento. O protecionismo deve dar lugar às funções de independência. A desorganização da rotina familiar tem de dar lugar a um sentido de vida mais significativo e realizador. A insatisfação com os serviços tem de dar lugar à confiança nos serviços médicos, sociais e escolares. Daí o apoio indispensável dos centros de saúde neste domínio. (FONSECA, 1995)

No entanto, outros não conseguem romper essa dificuldade e buscam incessantemente um diagnóstico com a resposta para a deficiência. Essa tomada

¹ Rejeição ao produto é um sentimento de menos-valia em que o casal percebe que na concepção do filho uma das partes falhou (ou ambas falharam) e trouxe para a sociedade uma criança imperfeita, alvo de críticas e piedade alheia.

de decisão do casal faz com que procurem diversos especialistas como meio de confirmação e ao mesmo tempo de negação da deficiência. Há casos em que o casal vê no outro a culpa do acontecimento, gerando muitas divergências e não raramente a separação.

É importante que as famílias recebam apoio do setor de Psicologia a fim de que possam, no campo emocional, “matar o filho ideal” gestado e desejado durante os nove meses e assim consigam assumir o “filho real”. Quando se consegue romper com essa dificuldade, as famílias sentem maior facilidade em prover as necessidades do filho. “O adulto fixa as normas e facilita ou não o acesso a elas. Quando a criança tem dificuldades em satisfazer as normas desejadas, o adulto elabora um julgamento sobre ela e nunca sobre si próprio, adotando uma relação de poder, um certo tipo de colonização e um certo esquema de conformidade (FONSECA, 1995)”.

Especialistas apontam que o grau de instrução dos pais, os baixos salários e condições de vida, saúde, moradia, habitação e acesso a informações pesam significativamente na etiologia (causa) da deficiência em geral. É como se o nível de inteligência elevasse o *status* socioeconômico, “recrutando” os deficientes nos meios sociais menos favorecidos. Estaríamos vivenciando um “darwinismo social”?

Nesse contexto a escola é uma grande aliada. É através dela que as famílias muitas vezes conseguem visualizar os potenciais dos filhos, ao perceberem os ganhos que outras crianças tiveram e têm nesse contexto, as quais enfrentam as mesmas dificuldades de seus filhos. Ao mesmo tempo é preciso que a escola perceba que nem todos os familiares desejam ou têm condições de passar por terapias. Programas de estimulação precoce, ofertados em escolas ou em centros de atendimento são a porta de entrada desse processo.

A linguagem permite ao homem estruturar-se como ser humano, organizar e traduzir o seu pensamento, as suas emoções, registrar o que conhece no mundo e interagir com o outro. É por meio da linguagem que o sujeito marca o seu ingresso na cultura e na historicidade. Por toda essa complexidade, pais ouvintes traduzem a sua dificuldade em relacionar-se com filhos surdos.

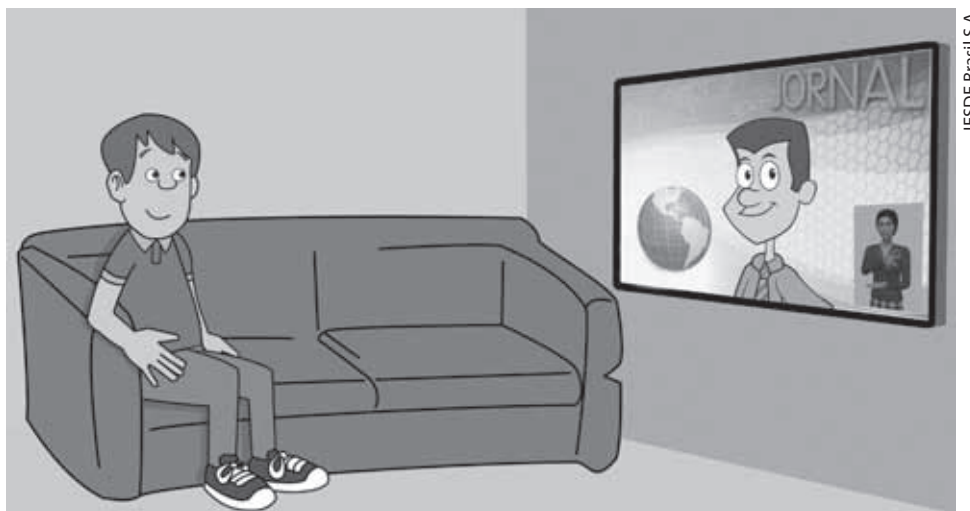
Em média, 95% dos surdos nascem em famílias ouvintes. Experiências têm mostrado que a maioria dos pais ouvintes tem dificuldade em adquirir e comunicar-se com seus filhos surdos através da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Muitos realizam essa comunicação através de *pidgin*², que favorece a comunicação, porém

² *Pidgin*: forma linguística resultante do contato entre duas línguas, que utiliza geralmente a estrutura de uma língua e o vocabulário de outra. No caso do contato entre a língua portuguesa e a Libras, são formulações frasais em língua portuguesa utilizando simultaneamente os sinais como apoio à comunicação (BRASIL, 2003).

dificulta a aquisição da Libras. O desejável é que o mais precocemente possível os pais possam ter contato com a língua de sinais através do convívio e significação desta com surdos adultos.

Torna-se difícil para um ouvinte aceitar que os mecanismos mentais que levam à estruturação do domínio da língua encontram outras bases para desenvolverem-se que não estão pautadas na exposição sonora. É óbvio que os ouvintes aprendem a falar a língua pelo contato sonoro. Negar essa premissa é negar uma evidência científica. Afirmar, no entanto, que esse é o único caminho, é anticientífico. (FERNANDES, 2003)

O surdo na sociedade



A discussão e reivindicação pela identidade e cultura surda fizeram com que os surdos reunissem algumas demandas de acessibilidade nos espaços sociais. A seguir, o recorte de algumas delas.

- Instalação de aparelhos de telefone para surdos (TDD) nos centros das cidades, em escolas, clube de surdos, bancos 24 horas, empresas onde tenham profissionais surdos, rodoviária, aeroporto, metrô, shoppings.
- Instalar sistema de incêndio com sinalização luminosa obrigatória, tanto nos prédios residenciais quanto nos prédios públicos. O sistema de alerta/alarme luminoso deve estar tanto nos banheiros como em todas as dependências dos prédios.
- Incentivar todas as famílias que têm filho surdo a instalarem em suas residências sistema luminoso na campainha e no telefone.

- Solicitar informação visual ou legendada nos aeroportos, rodoviária, metrô e paradas de ônibus.
- Solicitar placas de sinalização, em ruas próximas às escolas, associações e entidades de surdos, a fim de que os motoristas respeitem os pedestres surdos.
- Incentivar a formação de centrais para a realização de cursos de habilitação de condutores surdos.
- Formular políticas públicas para levantamento e atendimento educacional de crianças de rua surdas, conselho tutelar, Febem, respeitando sua cultura.
- Em concursos públicos, em que o surdo concorre com outros deficientes, sua prova de português também precisa ser analisada com critérios específicos e inclusive com presença de intérpretes.
- Em ambiente de júri há obrigação de oferecer para os surdos, sem ônus, intérpretes, credenciados pela Feneis.
- O surdo preso tem direito a intérprete em todos os momentos do interrogatório.
- Garantir a presença de intérprete em todos os eventos públicos culturais bem como na TV.
- Incentivar a construção/implementação de Educação Infantil (de 0 a 6 anos de idade) e escolas de 1.º e 2.º graus para surdos.
- Necessidade de criar cursos de Pedagogia Infantil para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental para surdos, e cursos de Libras/Português (Letras) para os surdos, em várias universidades.
- Criar e ampliar o atendimento educacional a surdos adultos.
- Criar cursos noturnos, para jovens e adultos surdos, particularmente o Ensino Médio, supletivos e cursos profissionalizantes, nos quais os professores usem Libras ou que tenha intérpretes da mesma.
- Iniciar estudos a fim de levantar a real situação educacional dos surdos: escolaridade, número de surdos não atendidos, evadidos, analfabetos etc.

- Utilizar a língua de sinais dentro do currículo como meio de comunicação.
- Fazer da língua de sinais uma disciplina no currículo, envolvendo o ensino de sua morfologia, sintaxe e semântica. Haverá o ensino de língua de sinais nas escolas de surdos como disciplina que inclui gramática, sintaxe; nas escolas de ouvintes é recomendada sua aprendizagem como segunda língua de uso.
- Propor o reconhecimento da língua de sinais como língua da educação do surdo.
- Usar a língua de sinais como língua de aprendizagem e instrução e o português como 2.^a língua.
- Propor que administradores, professores de surdos e funcionários aprendam a língua de sinais.
- Em educação, o surdo tem o direito de receber os mesmos conteúdos que os ouvintes, mas em comunicação visual.
- Fazer com que a escola de surdos insira no currículo as manifestações das culturas surdas: pintura, escultura, poesia, narrativas de história, teatro, piadas, humor, cinema, história em quadrinhos, dança e artes visuais, em sinais.
- Garantir a equiparação salarial do professor surdo e plano de carreira em vigor.
- Assegurar nas reuniões de escola onde tem professor surdo a presença de intérpretes a fim de que o professor surdo tenha suas opiniões respeitadas.
- Assegurar o direito da presença do intérprete de língua de sinais no decorrer do concurso de vestibular.
- Discutir a estrutura das provas do vestibular, levando em conta as especificidades da comunidade surda.
- Garantir a existência de intérpretes contratados pela universidade, assegurando ao surdo condições semelhantes às de seus colegas ouvintes.

- Respeitar o uso da escrita pelo surdo com sua estrutura gramatical diferenciada.
- A cultura surda merece ser registrada e traduzida para outra língua.
- Assegurar às crianças, adolescentes e adultos surdos educação em todos os níveis, como pressuposto a uma capacitação profissional.
- Que o adicional do professor com formação especial seja extensivo também aos professores surdos.

(FENEIS, 2005. Adaptado.)

O surdo na escola

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

Guimarães Rosa (Grande Sertão: Veredas)



IESDE Brasil S.A.

Segundo Paulo Freire (2003), o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. Essa leitura do espaço pedagógico pressupõe também uma releitura das dificuldades de aprendizagem. Com isso, as dificuldades e deficiências de aprendizagem não contemplam uma investigação somente do aluno em si, mas a todas as esferas por onde ele transita, como a família, a escola e a sociedade.

Dados do Censo Escolar de 2005, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), indicam que na educação básica estão matriculados mais de 66 mil alunos com surdez: no Ensino Médio são mais de três mil alunos, e na Educação Superior, cerca de 900.

O ingresso do aluno no processo de escolarização deverá ocorrer juntamente com a família, uma vez que o progresso da criança se contempla na parceria entre escola e família. Para a criança surda, além dessa atenção, a escola deverá orientar a família sobre as melhores possibilidades de atendimento ofertadas,

apresentando as diferentes metodologias de trabalho para que os pais possam ter ciência do processo e com esse conhecimento fazer as melhores escolhas.

Além da importância de aprender a língua de sinais para interagir com o filho, a escola deverá orientar as famílias a acompanharem o processo educacional de seus filhos surdos como o de qualquer outro, pois na dinâmica familiar o filho surdo deverá ser parte da família, e não o centro dela.

A equipe escolar deverá orientar os pais sobre as implicações da surdez na escola, na sociedade, no contexto familiar, proporcionar encontros de pais, encontros com surdos adultos, ofertar cursos de Libras, esclarecer dúvidas em relação ao processo de aquisição da escrita, avaliação escolar de seus filhos, e outras necessidades que forem surgindo, quer seja no ensino comum ou no ensino especial.

Texto complementar

Os surdos e sua relação com a família: fator de inclusão/exclusão e aprendizagem

(CRUZ, 2010. Adaptado.)

O surdo não é mudo, não é deficiente,
não é alienado mental e também não é uma cópia mal feita do ouvinte.
Ele é surdo, humano, autor e ator de inúmeros personagens...

Maria Cecília de Moura

A criança surda que nasce em uma família de ouvintes, segundo Sacks (1998) e outros autores, perfazem 95% dos surdos. Depara-se com conflitos pelas expectativas de seus pais, pelo desejo quase predominante de que seus filhos sejam ouvintes. Diversos estudos apontam que, para que o processo de socialização da criança surda com sua família ouvinte ocorra de maneira satisfatória, faz-se necessário que essa família reconheça sua especificidade. Para que isso ocorra, seus pais precisam estar informados a fim de buscarem soluções e recursos para essa adaptação.

A reação de uma família ouvinte em relação ao diagnóstico de uma criança surda é complexa e variável. Em geral, todo ser que almeja ser mãe e pai, espera que seu filho nasça semelhante a eles. Para os pais, olhar para

seu filho sem um dos sentidos sensoriais (audição) não é simples e aceitável de maneira natural. Não é fácil que estes aceitem a diferença em seu lar, adaptando-se aos novos costumes e necessidades. Podemos compreender essas tendências sob o conceito de ideologia, que conforme a concepção de Aranha, consiste em um:

Conjunto de representações e ideias, bem como normas de conduta por meio das quais o homem é levado a pensar, sentir, e agir de uma determinada maneira [...]. Essa consciência da realidade é na verdade uma falsa consciência, na medida em que camufla a divisão existente dentro da sociedade, apresentando-a como uma e harmônica, como se todos partilhassem dos mesmos objetivos e ideais. (ARANHA, 1998, p. 26)

Os pais, ao estarem diante de tal situação, são fortemente influenciados por informações médicas recebidas no diagnóstico da perda da audição. O percurso subsequente será gerenciador de ideias em busca de soluções para a deficiência do filho surdo, fazendo com que, na maioria das vezes, os pais, por mecanismos que visem “resgatar” seu filho da deficiência, acreditando que estudos científicos, médicos e especialistas, que veem a surdez como doença a ser curada ou, ao menos, abrandada, facilitarão a comunicação com seus filhos, e possibilitarão recursos comunicativos mais eficazes. Muitos recorrem a implantes cocleares ou aparelhos auditivos, confiantes que seus filhos poderão escutar, cometendo um equívoco nas escolhas para o futuro destes.

Segundo Gesser (2009) e outros autores, há diferentes graus de surdez: 1) deficiência auditiva leve; 2) deficiência auditiva moderada; 3) deficiência auditiva severa; e, por fim, 4) deficiência auditiva profunda. Mas quando se fala em aparelhos auditivos, deve ficar claro que estes não possibilitam ao surdo restabelecer som, pois o aparelho contribui para amplificar o som que já ouvem ou ouvem mal, o que, em alguns casos, pode ao invés de ajudar o surdo, atrapalhá-lo e causar desconforto. A autora ainda nos traz informações sobre o implante coclear, ao qual alguns pais recorrem, acreditando que seus filhos poderiam ouvir com exatidão os sons. Nem sempre isso ocorre, e as contraindicações dessa intervenção cirúrgica, na maioria dos casos, não são de fato explicadas. É necessário que os pais, ao escolherem determinados meios na tentativa para que seus filhos ouçam, pesquisem e se informem a respeito das vantagens e desvantagens desse tipo de procedimento. Conforme a autora Gesser (2006, p. 82), “há um desejo de tornar os surdos ouvintes, e esse desejo passa pelo discurso da cura, que prega a recuperação da audição e o desenvolvimento de uma língua (nesse caso, a língua oral)”.

Em algumas famílias, no início da aceitação da surdez de seus filhos, há resistências, não querendo enfrentar e utilizar recursos que são oferecidos para a inserção do surdo na sociedade. Por outro lado, pela falta de conhecimento da surdez, famílias recorrem ao primeiro método que lhes apresentam, pois acreditam que seus filhos surdos poderão ouvir e ser como ouvintes.

Diversos pesquisadores como Sacks (1998), Skliar (1998), De Paula (2009), Gesser (2009), entre outros, que estudam a surdez, apontam de forma predominante que é necessário que os surdos tenham acesso a instituições que lhes possibilitem contato com outros surdos e com sua língua materna, nesse caso a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para que estes se desenvolvam e conheçam a si mesmos. As comunidades surdas precisam compartilhar informações, na mesma língua, hábitos similares, costumes, modos e valores culturais, pautados na percepção visual, mantendo processo de comunicação efetiva e eficiente, para que estejam de fato incluídas na sociedade. Isso permitirá a construção de uma identidade positiva, o que possibilita participar na sociedade como cidadãos autônomos. Afirmamos, desse modo, que vivemos em uma sociedade intolerante, que não aceita diferenças.

Os amigos do surdo não o aceitam, porque ele é diferente. A sociedade não o aceita, porque ele é incompleto. Os familiares não o aceitam, porque ele é defeituoso. A escola não o aceita porque ele é deficiente. O surdo não se aceita, porque os outros não o aceitam. (BERNARDINO, 2001, p. 40)

Vários surdos acabam isolando-se em suas casas por sentirem vergonha, ou optam por passar maior tempo na escola, por terem com quem conversar (amigos surdos), pois, em muitos casos, familiares não dominam o uso da língua de sinais e acabam muitas vezes esquecendo-se de conversar e se comunicar com seus filhos. A família, ao escolher colocar seu filho em instituições que possuem metodologia de ensino específico, onde a Língua Brasileira de Sinais é trabalhada como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua, numa perspectiva de bilinguismo, muitas vezes sente-se preocupada, demonstrando, em grande parte, receio em relação a esse processo. Essa resistência pode ser rompida por meio de conversas, debates, reuniões e trocas de experiências entre familiares e até consultando surdos adultos. Assim, em muitos casos, essas famílias acabam posteriormente aceitando e utilizando essa língua em seu cotidiano. Muitos passam a utilizá-la por acreditarem de fato que a Libras deve ser a primeira língua de seus filhos, outros pelo simples fato de obterem resultados ao se comunicarem com seus filhos e não porque acreditem na Libras. Ainda assim, observa-se que a aceitação do outro e suas diferenças como uma singularidade humana é uma necessidade às famílias e na própria sociedade.

[...] a alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade que a reforça ainda mais; torna-a, se possível mais arrogante, mais segura e satisfeita de si mesmo. A partir desse ponto de vista, o louco confirma nossa razão; a criança a nossa maturidade; o selvagem a nossa civilização; o marginal a nossa integridade; o estrangeiro o nosso país; o deficiente a nossa normalidade e vice-versa. (SKLIAR, 2000, p. 5)

Atualmente vemos um grande número de crianças surdas, filhas de pais ouvintes, chegando à idade escolar desconhecendo sua língua materna (Libras), pois a língua utilizada pelas famílias, português oralizado, lhes foi apresentada de primeiro momento, não atribuindo significado algum. Mesmo assim, segundo a autora Bernardino (2001), a criança surda, não tendo a mesma língua que seus pais, desenvolve língua visual-gestual.

Cabe aos pais com auxílio de profissionais especializados, escolher a melhor maneira de inserir seu filho na sociedade, pois é preciso que seja conhecedor do processo de ensino do seu filho e o processo de integração deste na sociedade. Enfatizamos que não existe “conserto” para a surdez, ela deve ser aceita e liberta de preconceitos, ela não impossibilita o sujeito de ser absolutamente capaz de desenvolver habilidades, ser produtivo e competente. Como afirma Bakhtin (1979, p. 378): “tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, e que penetra em minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe etc.), e me é dado com a entoação, com o tom emotivo dos valores dele.”

Autores e pesquisadores como Sacks (1990), Sanchez (1996) e Skliar (1997a) pensam que os familiares precisam fazer uso da língua de sinais, mas não devem interromper a comunicação oral, principalmente nos anos iniciais da criança, pois mesmo que a criança não escute, ela está aprendendo sobre a linguagem. Os pais de uma criança surda precisam participar da vida dela, trocar experiência e aceitar sua diferença.

De acordo com Bernardino (2001), há certos comportamentos questionáveis e até vistos como falta de educação dos surdos, o que se deve, muitas vezes, à incompreensão das regras da sociedade. Por esse motivo, as regras lhes devem ser transmitidas com clareza, mostrando objetos, trabalhando com gêneros, portadores de leitura e escrita, meios visuais, para que eles as compreendam e se incluam socialmente, participando e obtendo entendimento.

A surdez em si não influencia o desenvolvimento socioemocional da criança; tudo dependerá das pessoas que participam do seu dia a dia e o que fazem para que essa criança progrida em linguagem, sociabilidade e comunicação. Stumpf (2005, p. 106), em sua recente defesa de tese, enfatiza essa afirmação:

Para a criança surda, aprender a escrever seu nome em escrita de língua de sinais tem um significado importante para sua autoestima e possibilita sentir-se um sujeito surdo com identidade surda. Ele sente que não está só. Ele pertence a um grupo e tem um nome próprio dentro desse grupo que é uma marca de pertencimento. Uma criança surda que vive em uma família de ouvintes sente felicidade por estar adequada e incluída no grupo surdo. Aprender a escrever seu nome surdo garante motivação e interesse, pois o significado dessa aprendizagem é carregado de emoção que ativa a mente.

As crianças surdas apresentam cultura própria e, muitas vezes, semelhante entre si. Porém, não podemos nos esquecer que cada pessoa é uma, e mesmo compartilhando uma cultura em comum, possuem diferenças.

[...]

Dica de estudo



Divulgação.

Assista *E seu Nome é Jonas*. Essa trama conta a história de uma criança surda diagnosticada com retardo mental. Seus pais lutam para aprender a se comunicar com o filho, e após essa conquista abrem seu mundo intelectual e emocional.

Atividades

1. Qual a importância do setor de Psicologia no atendimento às famílias que tenham filhos com necessidades especiais?

2. De que maneira a escola poderá orientar as famílias que tenham filhos surdos em seu processo educacional?

3. O que impulsionou os surdos a se organizarem em associações e defenderem a cultura e a identidade surda?

Gabarito

1. É importante que as famílias recebam apoio do setor de Psicologia a fim de que possam, no campo emocional, “matar o filho ideal” gestado e desejado durante os nove meses e assim consigam assumir o “filho real”. Quando se consegue romper com essa dificuldade, as famílias sentem maior facilidade em prover as necessidades do filho.
2. A equipe escolar deverá orientar os pais sobre as implicações da surdez na escola, na sociedade, no contexto familiar, proporcionar encontros de pais, encontros com surdos adultos, ofertar cursos de Libras, esclarecer dúvidas em relação ao processo de aquisição da escrita, avaliação escolar de seus filhos e outras necessidades que forem surgindo, quer seja no ensino comum ou no ensino especial.

3. Não se concebia ao surdo o seu desenvolvimento social, emocional, intelectual, linguístico e laboral sem a aquisição da fala e da audição. Impostos de uma maneira rígida, pelos princípios de medicalização, reabilitação e normatização, o falar e o ouvir marcaram a identidade dos surdos de uma maneira negativa, pois num grupo de pessoas ouvintes os surdos não eram envolvidos de forma plena, principalmente nos episódios de convívio linguístico. Ao mesmo tempo, num núcleo surdo, a degradação da língua de sinais gerou a falta de imersão na mesma, o que não permitia identificação e convívio entre seus pares. Nesse contexto, o sujeito surdo não tinha uma colocação: nem num meio ouvinte e nem num meio surdo.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização – surdez. 2. ed. rev. Brasília: MEC, SEESP, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BERNARDINO, Elidéa. **Absurdo ou Lógica?** Os surdos e sua produção linguística. Minas Gerais: Espaço, 2001.

BLANCK, Guillermo. Vygotsky: o homem e sua causa. *In*: MOLL, L. C. (Org.) **Vygotsky e a Educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CRUZ, Agnes Luisa Fracasso da. **Os Surdos e sua Relação com a Família**: fator de inclusão/exclusão e aprendizagem. Disponível em: <<http://revistapandora.sites.uol.com.br/Libras/agnes.htm>>. Acesso em: 12 set. 2010.

DE PAULA, Liana Salmeron Botelho. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. *In*: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 15, n. 3. 2009.

FENEIS. **Documento de Acessibilidade e Direitos Humanos dos Surdos**. Publicado em: 2005. Disponível em: <www.megainfo.inf.br/toLearn/bibliografia/Doc_Acessibilidade_Surdos.pdf>. Acesso em: 23 set. 2010.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, P. **Professora Sim, Tia Não**: cartas a quem ousa ensinar. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

_____. **A Educação na Cidade**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FONSECA, V. da. **Educação Especial – Programa de Estimulação Precoce**: uma introdução às ideias de Feurstein. 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GESSER, Audrei. **Libras? Que Língua é Essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Um Olho no Professor Surdo e outro na Caneta**: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2006.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. *In*: SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

_____. Identidade surda e educação. *In*: BERGAMASCHI, Rosi I.; MARTINS, R. **Discursos Atuais sobre a Surdez**. Canoas: La Salle, 1996.

RODRIGUES-MOURA, Débora. **O Uso da Libras no Ensino de Leitura de Português como Segunda Língua para Surdos**: um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2008.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; ZANOLLI, Maria Lurdes. Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem. *In*: **Psicologia**: teoria e pesquisa. v. 23, n. 3, 2007.

STUMPF, Marianne. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo Sistema Signwriting**: língua de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – CINTED/PGIE, 2005.

SKLIAR, Carlos. **Educação e Exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____. **Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998a.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*:

_____. (Org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998b.

_____. (Org.) **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

WILCOX, S.; WILCOX, P. P. **Aprender a Ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

